

AS MOTIVAÇÕES DO SER DOCENTE PARA ESCOLHA E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Izabel Rodrigues da Silva

Resumo

O presente trabalho tem como objetivos investigar os motivos para escolha e permanência na Educação Infantil e identificar as concepções de professores acerca do ser docente na educação infantil; esclarecer os motivos da inserção de professores e entender os motivos da permanência de professores na educação infantil. Para atingir esse objetivo, planejou-se a divisão em dois momentos: pesquisa bibliográfica e embasamento de teóricos como Basso (1998), Leontiev (1978), Vygotski (1989, 1998), Saviani (2009), Moreira (2011), Ariès (1981) e outros; realizou-se também uma pesquisa empírica tendo como sujeitos 03 (três) professores que trabalham na área de Educação Infantil e/ou que estão no último ano de formação acadêmica, encontradas em escolas públicas ou privadas e em universidades/faculdades. Os resultados apontam que a profissão docente está em crise e tem gerado, de certa forma, um mal estar nos professores, que, mesmo insatisfeitos com os salários, a carreira, o ambiente de trabalho, com a formação e consequentemente com a prática pedagógica, ingressam, resistem e estão permanecendo na docência.

Palavras-chave: Educação Infantil; Formação Docente; Formação de professores.

THE MOTIVATIONS OF THE TEACHER TO CHOOSE AND STAY IN CHILDHOOD EDUCATION

Abstract

The present work aims to investigate the reasons for choosing and staying in Early Childhood Education and to identify teachers' conceptions about being a teacher in early childhood education; clarify the reasons for the inclusion of teachers in early childhood education; understand the reasons for the permanence of teachers in early childhood education. In order to achieve this objective, it was planned to divide it into two stages: bibliographic research and a search for theorists such as Basso (1998), Leontiev (1978), Vygotski (1989, 1998), Saviani (2009), Moreira (2011), Ariès (1981) and others; an empirical research was also carried out with 03 (three) teachers working in the field of Early Childhood Education and / or who are in the last year of academic training, found in public or private schools and in universities / colleges. The results show that the teaching profession is in crisis and has been generating, in a certain way, a malaise among teachers, but that even dissatisfied with salaries, career, work environment, with training and consequently with pedagogical practice, teachers they enter, resist and remain in teaching.

Keywords: Child education; Teacher Education; Teacher training.

LAS MOTIVACIONES DEL PROFESOR PARA ELEGIR Y PERMANECER EN LA EDUCACIÓN INFANTIL

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo investigar las razones para elegir y permanecer en Educación Infantil e identificar las concepciones de los docentes sobre ser docente en educación infantil; aclarar las razones de la inclusión de docentes en la educación infantil; comprender las razones de la permanencia de los docentes en la educación infantil. Para lograr este objetivo, se planeó dividirlo en dos etapas: investigación bibliográfica y búsqueda de teóricos como Basso (1998), Leontiev (1978), Vygotski (1989, 1998), Saviani (2009), Moreira (2011), Ariès (1981) y otros; También se realizó una investigación empírica con 03 (tres) docentes que trabajan en el campo de la Educación Infantil y / o que se encuentran en el último año de formación académica, que se encuentran en escuelas públicas o privadas y en universidades / colegios. Los resultados muestran que la profesión docente está en crisis y ha venido generando, en cierto modo, un malestar entre los docentes, pero que incluso insatisfechos con los salarios, la carrera, el clima laboral, con la formación y en consecuencia con la práctica pedagógica, los docentes ingresan, resisten. y permanecer en la enseñanza.

Palabras clave: Educación Infantil; Educación de maestros; Formación de profesores.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a formação dos professores configura-se num desafio que mantém uma certa relação com o futuro da educação e da própria sociedade. Diante das mudanças ocorridas nas políticas dessa mesma sociedade, mais do que nunca, há a necessidade de construção de um projeto político e educacional, voltado para uma formação que se efetive em bases consistentes, teoricamente sólidas e fundadas nos princípios de qualidade e de relevância social. Essa formação, ao ser compreendida e trabalhada numa perspectiva de constante reflexão sobre a natureza do ser professor e os aspectos que permeiam a identidade docente, vem se consolidando a partir da formação de um professor que atue profissionalmente, de maneira significativa e transformadora da sociedade a qual estamos inclusos.

Nesse sentido, este trabalho apresenta discussão acerca das perspectivas e representações acerca da formação do pedagogo, tendo como base a necessidade da construção da identidade docente para o profissional da educação infantil nesta etapa da Educação Básica. E, ainda, de como essa formação pode interferir na realidade educacional, pois o professor que atua na educação infantil deve ter uma preocupação específica de como lidar com as crianças no dia a dia e em situações especiais.

É importante frisarmos que, para entender os motivos que levam esses profissionais a atuarem na Educação Infantil, é preciso de antemão entender quem são esses profissionais, o que pensam, sentem e como agem, conhecer a história de vida, os sentimentos e emoções, os motivos, os conhecimentos que os alunos adquirem desde o curso de formação inicial/graduação e que carregam consigo, já que essas vivências que eles trazem na bagagem são indispensáveis no que se refere aos saberes necessários ao trabalho com crianças pequenas nos espaços coletivos.

Para atingir esse objetivo, planejou-se a divisão da mesma em dois momentos: pesquisa bibliográfica, cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa e embasamento em teóricos como Basso (1998), Leontiev (1978), Vygotski (1989, 1998), Saviani (2009), Moreira (2011), Ariès (1981) e outros; realizou-se também uma pesquisa empírica tendo como sujeitos 03 (três) professores que trabalham na área de Educação Infantil e/ou que estão no último ano de formação acadêmica, encontradas em escolas públicas ou privadas e em universidades/faculdades. Após a coleta dos dados, estes foram analisados e interpretados tendo presente a abordagem qualitativa e a análise de conteúdo. Para análise e interpretação dos dados, adotamos a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977).

Iniciamos o trabalho apresentando nossa concepção acerca dos aspectos objetivos e subjetivos da docência. Em seguida, discutimos sobre as especificidades da educação infantil; logo após, refletimos a formação do profissional de educação infantil e, por fim, a concepção dos sujeitos acerca das motivações que envolvem o tornar-se e querer atuar nessa profissão.

Os aspectos objetivos e subjetivos da docência

O interesse em investigar os motivos que levam professores (as) a se inserirem e permanecerem na educação infantil advém da necessidade de conhecer o indivíduo em formação, seus modos de pensar, o que sentem e como agem em relação à profissão que escolheram exercer. Isto porque a forma como o indivíduo internaliza a significação social e

produz suas interpretações subjetivas acerca da docência atua diretamente na construção/transformação dos modos de ser docente (BASSO, 1998).

Sobre isso, Leontiev (1978) esclarece que os motivos “são processos psicologicamente caracterizados por uma meta a que o processo se dirige (seu objeto) coincidindo sempre com o objetivo que estimula o sujeito a executar esta atividade”. Isto é, a estrutura da atividade humana encontra-se ligada a atividade que está dirigida por um motivo, por ações orientadas a objetivos e por operações reguladas por condições. Leontiev (1978) faz uma distinção entre os motivos, dividindo-os em dois gêneros: motivos-estímulos ou mesmo compreensíveis ou ineficazes (são aqueles que assumem o papel de fatores impulsores (negativos ou positivos), e estão privados da função de conferir sentido a atividade), e os sentidos geradores de sentido ou “motivos-eficientes” (são aqueles que estimulam a atividade, conferindo-lhe um sentido pessoal).

Além disso, é necessário considerar a dimensão subjetiva do ser humano (LEONVTIEV, 1978; VYGOTSKI, 1989, 1998). Esta é outra discussão muito importante que não pode ser desconsiderada, pois diz respeito ao desenvolvimento do psiquismo. Este é visto como um processo de transformações qualitativas, que acontece de igual maneira no sentido histórico e social. Para muitos autores, entre eles Vygotski, o desenvolvimento histórico do psiquismo humano se dá em diferentes processos como: percepção, memória e, o mais importante, que é pensamento e palavra. Antes, o estudo inicial dizia que estudar a consciência era estudar o pensamento, ou seja, estudo das representações e dos conceitos. Hoje, psicologicamente falando, percebe-se que o estudo da consciência é mais abrangente e tem suas características próprias de conteúdo psicológico.

Logo, um dos componentes da consciência é o sentido que é uma relação que o indivíduo possui baseada na interação com o mundo. No entanto, para autores como Leontiev, muitos autores, o sentido tem somente ligação com a língua; para outros, como Cruz *et al* (2017), o sentido funciona como o conjunto dos fenômenos psíquicos, ou seja, refere-se em mediar a criança ao conhecimento, ao novo, ao contexto ao qual está inserido. Logo, do ponto de vista psicológico concreto, o sentido se faz pela relação objetiva do homem no momento em que ele pensa em agir e quando a sua ação acontece de imediato, isto é, para encontrar o sentido de qualquer coisa é preciso de antemão saber o motivo ao qual se relaciona.

No processo de formação docente, não se pode deixar de lado a história de vida, os sentimentos e emoções, os motivos, o conhecimento que os alunos, desde o curso de formação inicial/graduação, já carregam consigo, já que essas vivências que eles trazem consigo estarão presentes em toda a sua atuação profissional. Isto leva-nos à compreensão de que no processo de formação profissional há (re) constituição de significados, valores, sentidos, emoções e motivos em constante dialética entre objetividade e subjetividade (VYGOTSKY, 1989).

Portanto, pode-se afirmar que há de se considerar o aproveitamento do tempo destinado à formação continuada, quando todas os profissionais envolvidos com a educação das crianças entre 0 e 5 anos são submetidos a carga horária exaustiva e sensibilização para o desejo de melhoria das práticas realizadas, a formação de uma autoestima positiva, a ampliação de seu conhecimento sobre a infância numa perspectiva teórica e também com instrumentação prática que valorizava seu papel no processo de humanização e de construção de um saber fazer com as crianças pequenas que se configuram como objetividade e subjetividade, respectivamente.

Todavia, a luta pela valorização e reconhecimento dos profissionais que atuam com crianças vem de longas datas, mas a Emenda Constitucional de 19 de Abril de 1998, que trata da valorização dos profissionais do ensino, garante, na forma da lei, direitos como planos de

carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Na perspectiva subjetiva, deve ser analisado o modo como os indivíduos percebem as carreiras e a si próprios no contexto do trabalho. Deve-se levar em conta que os contextos sociais em transformação interferem nas relações entre o indivíduo e o social, e, deste modo, nas identidades sociais e profissionais.

As consequências do mal-estar docente estão bastante visíveis, entre elas podemos destacar a desmotivação pessoal, insatisfação profissional, abandono, indisposição, muitas exigências sobre o profissional, menor valorização social. No cotidiano escolar, encontramos situações difíceis, tais como enfrentamento com alunos inseridos na criminalidade, entre muitas outras, isto é, todas estas consequências estão relacionadas ao caráter negativo e que afetam a identidade e a personalidade do professor, que resultam das condições psíquicas e sociais presentes na docência, assim como afirma Esteve (1999). Por outro lado, podemos perceber que um certo prestígio da profissão docente ainda permanece intacto, pois há uma fonte de motivação que vem de dentro das pessoas e que é alimentada pelo prazer de ver nossos alunos obter sucesso na vida profissional.

Esse mal-estar docente ou “*Burnout*”, como ainda pode ser chamado, refere-se aos efeitos negativos (estados emocionais: falta de motivação, desamparo, desesperança, passividade, alienação, depressão, fadiga, stress) que afetam a personalidade do professor e que são resultantes das condições psicológicas e sociais em que exercem a docência, isso devido as mais variadas mudanças sociais ocorridas ao longo dos anos (ESTEVE, 1999).

Assim sendo, é importante pensar a formação do professor no sentido de proporcionar condições para que ele próprio reflita sobre o modo pelo qual se formou e/ou se forma, pois é nessa perspectiva de conhecer as características pessoais, as vivências profissionais, as histórias de vidas, o processo de construção da identidade profissional e pessoal desse sujeito, que transformamos e construímos uma nova cultura no meio educacional e social em que estamos inseridos, tendo sempre em mente que a formação do professor é um processo contínuo que ocorre no fluxo das atividades sociais e, além disso, os professores com seus valores, seus saberes e suas experiências contribuem na função de melhorar a qualidade social da escolarização.

Repensando a especificidade da educação infantil

A Educação Infantil compreende a primeira etapa da Educação Básica e atende a um público de crianças de zero a cinco anos de idade, portanto, comporta especificidades próprias desse período da vida. É inerente aos processos educativos das crianças pequenas o cuidar e o educar. Essas dimensões não estão isoladas e complementam-se. É importante ficar atento ao tipo de afeto que as crianças recebem e as formas como cada uma significa as suas relações. Desde o nascimento, as condições materiais e afetivas de cuidados são marcantes para o desenvolvimento saudável da criança.

É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade e será capaz de representar o mundo, atribuindo significado a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o mal, o feio, entre outros, começam a se constituir nesse período.

No entanto, o conceito de infância é fruto de uma construção social, porém, percebe-se que sempre houve criança, mas nem sempre infância. São vários os tempos da infância, estes apresentam realidades e representações diversas, porque nossa sociedade foi constituindo-se de uma forma em que ser criança começa a ganhar importância e suas

necessidades estão sendo valorizadas, para que seu desenvolvimento seja da melhor forma possível, e que tudo aconteça no seu verdadeiro tempo (ARIÈS, 1981).

A importância que a educação infantil resulta hoje advém de uma série de fatores e aspectos dos quais podemos destacar: profundas mudanças nos vários papéis que a mulher assume na sociedade contemporânea e, conseqüentemente, das transformações nos espaços familiares que envolvem a proteção, o cuidado e a educação dos filhos; mudanças na forma de viver a infância pelas crianças, que estão ligadas às condições de vida de grande parte das populações dentro das cidades urbanas e industrializadas e a evolução das investigações sobre o desenvolvimento infantil, bem como nos estudos que focalizam que a frequência a boas pré-escolas traz benefícios para as crianças e suas famílias.

Com isso, os profissionais de Educação Infantil ganharam mais legitimidade e a Educação Infantil passou a ser objeto de planejamento, legislação e de políticas sociais e educacionais. Partindo dessa concepção, a história diz que surgiram diferentes concepções de infância. Primeiramente, a criança era vista como um adulto em miniatura e seu cuidado e educação eram feitos pela família, em especial pela mãe (ARIÈS, 1981).

Assim, a educação infantil finalmente é reconhecida na Constituição Federal de 1988, em que a determinou como dever do Estado brasileiro, ou seja, foi a partir daí que a Educação na creche e na pré-escola passou a ser vista como um direito da criança, facultativo à família, e não como direito apenas da mãe trabalhadora.

Além da Constituição, o direito à educação infantil vem assegurado em outras normas nacionais, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990) e o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10.172/2001).

Logo, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Em 1994, o MEC publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil, que estabeleceu metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre as quais está a necessidade de qualificação dos profissionais, que resultou no documento por uma política de formação do profissional de educação infantil. Em 1996, com a promulgação da Emenda Constitucional, que cria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, integrando-se aos ensinos Fundamental e Médio. Dessa forma, a Educação Infantil ganhou uma dimensão mais ampla dentro do sistema educacional e a criança foi vista como um ser capaz de criar e estabelecer relações, um ser sócio histórico, produtor de cultura e inserido nela e que, portanto, não precisa apenas de cuidado, mas está preparado para a Educação.

Essa nova dimensão da Educação Infantil articula-se com a valorização do papel do profissional que atua com a criança de 0 a 5 anos, com exigência de um patamar de habilitação

derivado das responsabilidades sociais e educativas que se espera dele. Dessa maneira, a formação de docentes para atuar na Educação Infantil, segundo o art. 62 da LDB, se dará em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Formação do profissional de educação infantil

O desprestígio da profissão tem afetado o status social devido aos baixos salários, falta de formação, condições precárias de trabalho. Com o trabalho em descrédito, aparecem consequências inevitáveis, e isso faz com que os professores abandonem a sala de aula em busca de outro trabalho, buscando assim, um bem-estar pessoal.

O profissional que trabalha nessa etapa de educação deve ser reconhecido como tal no momento que integra as funções do educar e do cuidar. A LDB 9393/96 dispõe no título VI do art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996)

Mais ainda, é importante que lhes sejam assegurados condições de trabalho e salários dignos, plano de carreira e principalmente, formação inicial e continuada específica a educação infantil, pois quando se trata de formação de professores, é necessário saber quem é esse profissional, já que ele é alguém que traz consigo uma história, cultura, crenças e valores. Neste sentido, para que se cumpra a finalidade principal da educação infantil que é integração entre os cuidados e a educação dos pequenos, faz-se necessário proporcionar-lhe não só uma formação inicial de qualidade, mas a formação contínua.

O processo de formação do professor da educação infantil é um processo que perdura por toda vida, nunca deixando de valorizar sua identidade profissional. Há muitas barreiras a serem enfrentadas, principalmente de uma política que garanta recursos necessários para uma educação infantil de qualidade, salários dignos e melhores condições de trabalho para o profissional da educação infantil.

É de fundamental e extrema urgência a conquista de políticas públicas para a educação infantil, garantindo melhores condições de trabalho, incluindo sempre a formação permanente e em serviço, para que seja garantida uma melhor eficácia nas atividades desenvolvidas pelas instituições públicas que trabalham com a educação infantil.

A formação de profissionais da educação infantil precisa ressaltar a dimensão cultural da vida das crianças e dos adultos com os quais convivem, apontando para a possibilidade de as crianças aprenderem com a história vivida e narrada pelos mais velhos, do mesmo modo a que os adultos concebiam a criança como sujeito histórico, social e cultural. Reconhecer a especificidade da infância, sua capacidade de criação e imaginação, requer que medidas concretas sejam tomadas, requer que posturas concretas sejam assumidas. (KRAMER, 2002, p. 129).

Corrigido Arce (2001 apud FLÔR e DURLI, 2012) relata que a concepção de formação do profissional que atuava na educação das crianças de 0 a 6 anos, nas diretrizes

elaboradas pelo Ministério da Educação, referentes à década de 1970, incluindo a década de 1980, veiculava a imagem do profissional para a Educação Infantil por intermédio da mulher “naturalmente” educadora nata, passiva, paciente, amorosa, que sabe agir com bom senso, é guiada pelo coração, em detrimento da formação profissional. Mas, para que a educação infantil possa desempenhar seu papel no desenvolvimento humano e social, é preciso que a criança não seja vista como filhote ou semente, mas como um sujeito social e histórico, portadora de direitos e deveres que cria e faz parte da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social, o que tem implicações profundas para o trabalho em creches, pré-escolas e outros espaços de caráter científico, artístico ou cultural.

O parecer 1600/75 apontava que a formação do professor de educação infantil deve ocorrer em nível superior, pois o sucesso da criança pré-escolar é sua professora, ou seja, um profissional mais especializado, capacitado para trabalhar habilidades importantes que as ajudarão a alcançar o sucesso quando crescerem e pelo fato de possuírem no curso superior conteúdo específicos da formação do professor de educação infantil, mas outrora a formação do professor de educação infantil dava-se em nível médio. No entanto, defende-se como ideal o nível superior (BONETTI, 2004).

A formação do profissional da educação infantil não pode ser aquela que vise apenas o acúmulo de informações, mas, sim, um conhecimento profundo de pedagogia e psicologia infantil, de sociologia da infância e de cultura da criança associado a uma grande parcela de experiência prática na área. Deve-se incluir atenção ao corpo, aos sentimentos, às emoções, à fala, à arte, ao conto e ao encanto; isso porque, no desenvolvimento infantil, todos os aspectos: físico, afetivo, moral, espiritual e intelectual devem ser considerados como elemento relevante.

Em resposta a esse debate, a LDB dispõe, no título VI, art. 62 que: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”.

Mas, a fim de que a educação infantil de qualidade seja, de fato, direito de todos, propõe-se como desafio urgente a formação profissional de todos os professores: formação como direito à educação, de todos (crianças, jovens, adultos e dentre eles os professores); formação nas áreas básicas do conhecimento (língua, matemática, ciências naturais e ciências sociais); e formação cultural, com vistas a se discutir valores, preconceitos, experiências e a própria história dos indivíduos. Formação esta entendida como qualificação, ligada à melhoria da qualidade do trabalho pedagógico, e de profissionalização, garantindo avanço na escolaridade, carreira e salário. Formação que implica ainda em constituir identidades, ponto crucial frente à crescente evasão de professores. Mais ainda, formação que seja continuada (com novas propostas pedagógicas) e que garanta espaço para a pluralidade e para que professores narrem suas experiências, reflitam sobre práticas e trajetórias vividas, compreendam a sua própria história, redimensionem o passado e o presente, ampliem seu saber e seu saber fazer, isto é, formação permanente exercida com condições dignas de vida e de trabalho e concebida no interior de uma política cultural sólida e consistente.

Segundo Bonetti (2005), a luta pela valorização e reconhecimento dos profissionais que atuam com crianças pequenas abaixo de seis anos se deu inicialmente no movimento para romper com a visão assistencialista.

A formação de profissionais da educação infantil que inclui professores e gestores é um desafio que exige a ação conjunta das três instâncias governamentais: municipais, estaduais e federal. Esse desafio tem muitas facetas, necessidades e

possibilidades, e atuação, tanto na formação continuada (em serviço ou em exercício, como se tem denominado a formação daqueles que já atuam como professores) quanto na formação inicial no ensino médio ou superior (KRAMER, 2006).

Neste sentido, a motivação no contexto escolar é um determinante na qualidade da aprendizagem e no desempenho, e o professor tem um grande impacto na motivação dos alunos. Essa motivação é ameaçada quando o professor apresenta ausência de motivos, frustração em não ter alcançado seu sucesso ao longo de sua carreira ou de experiência negativas, ou seja, existe a desmotivação.

O movimento de se tornar docente: os motivos de inserção e permanência na educação infantil

O professor se forma ao interagir com outros sujeitos, movido por um motivo pessoal e coletivo. No motivo pessoal, está incluso o conjunto de saberes expectativas sobre a vida e os rumos que acredita serem válidos para empreender o seu trabalho. Os motivos coletivos são dados por acordos que se estabelecem entre os que integram a comunidade educativa.

Dito isto, compreendemos que são muitos os fatores que determinam a entrada na magistério. Em relação ao ingresso no curso de pedagogia, bem como à docência na Educação Infantil, assim relatam as professoras:

[...] Olha, a escolha pelo curso de Pedagogia se deu pela oportunidade de trabalhar como professor para crianças e ser coordenador em escolas. Iniciei minhas atividades docente como professora de reforço em casas com alunos de escolas particulares, daí veio então o desejo de dar continuidade ao trabalho de ensinar como uma carreira profissional.

A minha atuação no trabalho com Educação Infantil se deu com a aprovação em concurso público para professor onde as ofertas de vagas tinham como única opção a Educação Infantil (E1).

[...] Não, isso eu já tinha desde quando eu me entendi, ne. Terminei o segundo grau e já sabia que eu queria ser realmente professora, porque eu amo ser professora (E2).

[...] O amor pelas crianças e pelo o educar esses pequenos e o incentivo de uma irmã mais velha (E3).

Considerando o exposto, percebemos nas falas das entrevistadas que o ingresso na profissão advém do gosto em trabalhar com crianças, de sempre ter tido o desejo de fazer magistério, embora apenas a entrevistada E1 acrescente dizendo que o ingresso na Educação Infantil também se deve ao incentivo de uma irmã mais velha.

Tais relatos relacionam-se com o pensamento de Basso (1998) quando afirma que o que motiva o professor, ao realizar seu trabalho, não é somente aspectos subjetivos (interesse, vocação, amor pelas crianças, etc.), mas aspectos objetivos ou condições materiais relacionado à necessidade real da ação do professor como: duração da jornada de trabalho, salários, materiais didáticos, recursos físicos da escola etc.

Em todo caso, podemos dizer que os professores podem ter maior ou menor motivação em diversos períodos de sua carreira profissional, vai depender, porém, do ingresso na profissão, isto é, se foi bem sucedida e se correspondeu às expectativas frente ao que foi visto na teoria e as experiências práticas durante e depois da formação. Isso porque existem pessoas que, por não se identificar com as situações que a profissão oferece, se

desiludem e preferem abandoná-la; outros, porém, conseguem identificar-se e aperfeiçoar-se e desenvolver uma atitude mais positiva em relação à profissão que escolheram seguir.

Neste sentido, vale destacar que, durante o percurso profissional de professores, deve-se valorizar essas dimensões subjetivas desses sujeitos, uma vez que passam por inúmeras dificuldades nas atividades em que se propõem a realizar e que, nesses ambientes de trabalho interagem cotidianamente com outrem, é preciso estabelecer boas relações dotadas de respeito, diálogo, amizade, cooperação.

Outro aspecto importante que pudemos notar na fala dos nossos sujeitos é que quando perguntadas às professoras sobre o que lhes motiva hoje, duas das respostas mostraram características comuns em relação às práticas docentes do trabalho do professor tal qual podemos identificar nas falas a seguir:

[...] O que me motiva na minha profissão é a evolução do aprendizado dos alunos, ouvir eles reconhecerem a história que contamos, realizar escritas e leitura com autonomia pelo que aprenderam (E1).

[...] é justamente os resultados é o que me motiva a estar nessa profissão, o amor por essa profissão é grandiosa (E2).

A motivação muitas vezes mostra-se pela satisfação que o indivíduo tem em sua realização profissional, sendo um sentimento em relação ao trabalho, o quanto gosta de realizá-lo, o quanto se sente valorizado e recompensando por sua profissão.

Tal preocupação condiz com o pensamento de Chiavenato (2004 apud RODRIGUES et al.) quando defendem que o ser humano em todo percurso da sua vida necessita de motivação para desenvolver ou realizar suas atividades. Logo, a motivação é uma força interior que se modifica a cada momento durante toda a vida, onde direciona e intensifica os objetivos de um indivíduo na realização de uma tarefa ao alcance de determinado objetivo.

Dessa direção, identificamos nas falas analisadas que esses objetivos estão relacionados com a questão de transformar a realidade social dos seus alunos, oferecendo educação de qualidade. Outro fator não menos importante percebido durante os relatos e que merece destaque diz respeito às contribuições que o estágio trouxe para a formação docente. Na fala das professoras relatadas a seguir, podemos perceber a importância do estágio para afirmação da profissão.

[...] O estágio me fez crescer na minha prática como professora, pois o mesmo me deu oportunidade de vivenciar a realidade em sala de aula, além de me ajudar a elaborar planos de aula, atividades, provas, resolver conflitos dos alunos, saber como conversar com a família e a manter a postura de professor flexível em sala (E1).

[...] Olha o estágio, aquele obrigatório, que eu só fiz o obrigatório, eu não fiz esse estágio remunerado, eu fiz o obrigatório, o que realmente trouxe de muito bom pra mim nesse estágio foi que a gente pode observar como a professora seguia com a rotina e ele era muito voltada para a grade, a gente percebia que ela não acrescentava muita coisa, o que ela recebia na grade, ela estava aplicando, mas gente como observadora a gente pode, ela deixou a gente livre pra fazer uma aula e a gente fez bem diferente (E2).

[...] As melhores possíveis é a partir daí que vemos a realidade das crianças da escola pública e suas carências (E3).

O relato das professoras condiz com o pensamento de Pimenta e Lima (2004) quando afirmam que o estágio dos cursos de formação de professores compete possibilitar

que os futuros professores compreendam a complexidade das práticas institucionais e das ações nelas praticadas por seus profissionais como alternativa no preparo para sua inserção profissional. Em vista disso, o estágio supervisionado é um processo de concretização da formação dos professores, sendo importante ter a intenção de promover a reflexão e a pesquisa, princípios que estimulam o pensamento, a análise, a crítica e principalmente a ação. Assim, pode desenvolver a formação de um professor reflexivo, que busca métodos para melhorar sua prática, baseado sempre nas experiências vivenciadas dentro da sala.

Nesse processo, segundo Pimentel (2010), o estágio é um momento indispensável, pois auxilia na construção de aspectos subjetivos do sujeito em formação, tais como: saberes, identidade, vivência pessoal, como já foi mencionado anteriormente. E mais ainda, é o momento que surgem as primeiras sistematizações e reflexões a respeito do que vem a ser professor, baseados nos aspectos objetivos que esse sujeito já possui internalizado e que foi construído durante os cursos de formação.

Na fala das professoras, os fatores relacionados à motivação para continuarem sendo professoras estão ligados aos alunos, em fazer o melhor por gostar de crianças, principalmente, crianças carentes, a motivação pelo desenvolvimento do aluno e por ele adquirir conhecimento.

[...] É isso que me faz ter gosto pelo que faço e vontade de ajudar essas crianças a serem um adulto melhor no futuro (E1).

[...] É isso, é as crianças, não é nem o incentivo que a escola tem a nos oferecer, a “Semec”, nada, é as crianças, porque elas é que precisam do professor empenhado por elas (E2).

[...] O verdadeiro carinho e amor expressado pelas crianças (E3).

Nesse processo, é que, então, foi se formando o pensamento que hoje possuem como sujeitos, de serem profissionais que gostam do que fazem e dedicam-se ao que fazem. Desta feita, afirma Leme (2005) que, além de preparar as crianças com os conteúdos programáticos do dia a dia da sala de aula, essas professoras apresentaram a preocupação em ensinar também valores e conhecimentos que estão fora ou não desses conteúdos, mas que são considerados importantes para a formação pessoal de cada um. Elas demonstram, através de suas falas, que se sentem muito importantes para o futuro de seus alunos, para que estes tenham um futuro promissor e feliz.

Assim, ao sentirem essa importância na vida do outro, e ainda, de crianças e adolescentes, sentem uma emoção que vai motivá-las, deixando-se guiar pela felicidade de serem importantes na vida do outro (LEME, 2005, p.60). Outra categoria que analisamos está relacionada aos aspectos objetivos perceptíveis no estar e no ser professor e relaciona-se a questão das políticas públicas em relação à categoria.

Nas condições objetivas de trabalho, estão ligadas as questões como salários que, na maioria dos casos, não oferecem condições de uma vida digna, indisponibilidade de tempo em sua carga horária de trabalho para as professoras estudarem, fazer planejamento. Além disso, a organização de tempo, espaço e equipamentos das instituições que atendem a esse público não são satisfatórios ao desenvolvimento de práticas educativas, que contemplam as crianças e suas culturas infantis, ou seja, os fatores desmotivacionais são o salário e a desvalorização do profissional em diversos sentidos.

[...] Acredito que ainda tem muito o que melhorar, principalmente em relação as condições de trabalho do professor, as dificuldades enfrentadas em sala de aula como violência e indisciplina e a valorização do professor quanto ao salário e menor tempo de trabalho (E1).

[...] Aí é que é dor grande (risos). Olha não tem. Se disser tem incentivo... nenhum. É porque você é uma categoria muito massacrada... agora que a gente conseguiu com muita luta a questão dessa carga horária muito dura, a gente conseguiu estar não muito tempo na sala de aula pra poder estar planejando, projetando alguma coisa. Agora eu entrei na época melhor, mas professores que estão lá a mais tempo falam isso e eu acredito m que muito no que eles falam que era muito duro a questão da carga horária muito pesada. Mas agora está melhor(E2).

[...] Uma pena que ainda somos deixados de lado por eles, sem preocupação de que todos nós precisamos de professores para que possamos mudar o rumo da história do nosso país (E3).

Sobre isso, esclarece Viana (2008) que o trabalho dos docentes tem sido desvalorizado, principalmente em torno de baixos salários, dupla jornada de trabalho, violência e indisciplina em sala de aula, situações que, muitas vezes, prejudicam a qualidade do ensino, pois professores sobrecarregados e fadigados não conseguem desempenhar um bom trabalho. Estes fatores podem não ser considerados como determinantes motivacionais, mas podem interferir na motivação desses professores, proporcionando a satisfação ou insatisfação do professor em relação ao desenvolvimento do seu trabalho no cotidiano da sala de aula.

Logo, para Pimenta e Lima (2004, p. 66), “a construção e o fortalecimento da identidade e o desenvolvimento de convicções em relação à profissão estão ligados às condições de trabalho e ao reconhecimento e valorização conferida pela sociedade à categoria profissional”.

Contudo, é primordial se pensar em novas políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento da profissionalidade docente, visto que os estes se encontram num estado de exaustão e desmotivação frente aos desafios que surgem a cada dia no seu cotidiano de trabalho, que se busque atender essa satisfação, sendo por meio de programas que deem oportunidade para qualificação ou de políticas salariais justas, afinal, estará contribuindo para uma motivação que repercutirá diretamente no desenvolvimento do profissional e consequentemente, na melhoria da qualidade do trabalho realizado por estes sujeitos tão importantes para a sociedade, seja ela qual for.

Considerações finais

Este trabalho buscou expressar, historicamente, tanto as concepções que permeiam a educação infantil quanto a formação dos seus professores no que concerne aos aspectos subjetivos e objetivos, que permeiam a inserção e permanência destes na educação infantil e em vista disso, da necessidade de se avançar estudos sobre essas perspectivas, isto é, enfatiza a articulação entre os motivos objetivos e os subjetivos no processo de escolha e permanência. Logo, as escolhas e os próprios seres sociais são frutos desses dois processos articulados.

Nas pesquisas e leituras feitas sobre a profissão de professor, pôde-se perceber uma série de problemas e desafios para a elevação do estatuto socioeconômico da categoria, destacando-se, dentre outros aspectos: os baixos salários predominantes e a deterioração das condições de trabalho, esta decorrente das longas jornadas, de salas superlotadas, do crescimento da indisciplina e da violência nas escolas, da dificuldade em realizar atualizações de conteúdos em formações continuadas, entre outros fatores que geram um mal-estar nos professores.

De modo geral, os resultados desses estudos nos mostram que a profissão docente está em crise e tem gerado, de certa forma, um mal estar nos professores, mas que, mesmo insatisfeitos com os salários, a carreira, o ambiente de trabalho, com a formação e conseqüentemente, com a prática pedagógica, ingressam, resistem e estão permanecendo na docência, mesmo com essa insatisfação, as professores encontram nos alunos um fator de motivação para continuar realizando seu trabalho no âmbito de formar cidadãos críticos, preparados para o futuro de uma sociedade cada vez mais injusta e desigual.

De toda maneira, diante da importância da função do profissional da educação quando se fala em educação de qualidade, aspectos fundamentais para a profissionalização da atividade docente devem ser levados em conta como formação, duração da jornada de trabalho, remuneração e atratividade da carreira docente. Logo, percebe-se que deveriam receber, em contrapartida, o tratamento adequado e atenção adequados no que concerne às políticas educacionais, pois, muitas vezes, percebe-se claramente, por exemplo, que a remuneração dos professores é inferior ou igual a de outros profissionais com nível de formação equivalente. Esses aspectos são imprescindíveis quando se analisa questões relativas, cuja desvalorização social e econômica da profissão docente remonta a seus primórdios e permanece nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, Laila Azize Souto, **Um breve Histórico da Infância e da Instituição de Educação Infantil** P@rtes (São Paulo). V.00 p.eletrônica. Junho de 2009. Disponível em <www.partes.com.br/educacao/historicoinfanzia.asp>. Acesso em 29/05/2014.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. 279 p.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASSO, Itacy Salgado. **Sentido e significado do trabalho docente**. Caderno CEDES, vol. 19, n.44. Campinas, abri/1998.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Presidência da República. Lei n. 9.394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 23 dez 1996.
- BONETTI, Nilva. Leis de diretrizes e bases e suas implicações na formação de professores de educação infantil. IN: FILHO, Altino José Martins (org.). **Criança pede respeito: temas em educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2005. P 109-160.
- CRUZ, Samantha Guizardi et al. **A indissociabilidade do brincar, cuidar e educar na Educação Infantil**. Research, Societ and Development, v. 4, n. 4, p. 227-238, abr. 2017.
- ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- FLÔR, Dalânea Cristina; DURLI, Zenilde (Orgs.). **Educação infantil e formação de professores**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. 256p.
- KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil**: educação infantil e/é fundamental. EDuc. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 –Especial, p. 797 – 816, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n961a09v2796>. Acesso em: 03 jun. 2020.

- LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa, Portugal: Horizonte Universitário, 1978.
- LEME, A. S. **Muito prazer, sou professor!:** a constituição da motivação docente. Monografia - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, SP, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000363544>>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- MOREIRA, Herivelto. **A investigação da motivação do professor:** a dimensão esquecida. Revista Educação & Tecnologia, 2011.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PIMENTEL, Carla silva. **Aprender a ensinar:** a construção da profissionalidade docente nas atividades de estágio em geografia. 2010. 253 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- RODRIGUES, Miguel Antônio et al. **Motivação na prática pedagógica docente:** um estudo de caso na Escola Estadual Professor Mariano da Silva Neto, em Francisco Santos, PI. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v.8, n.15; p. 115-124. 2012.
- SAVIANI, Demerval. **Formação de professores:** aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Minas Gerais: Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.
- VIANA, J. C. C. R. **O perfil motivacional do docente da rede estadual de ensino fundamental na Paraíba**. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <<http://www.bdt.d.ibrict.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

Submetido em Fevereiro de 2021

Aprovado em Março de 2021

Informações do(a)(s) autor(a)(es)

Izabel Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Piauí - UFPI

E-mail: izabel6418@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3094-3379>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2241004796751732>